

Assunto **RECURSO REF. ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA -
CONCORRÊNCIA Nº 02/2023 - ETE CELSO BUENO**



De Camilla Borges Cassemiro <camilla@construtorafoco.com>
Para <licitacao@montecarmelo.mg.gov.br>
Cópia luiseng@construtorafoco.com <luiseng@construtorafoco.com>,
galeno@construtorafoco.com <galeno@construtorafoco.com>
Data 2023-12-01 10:45

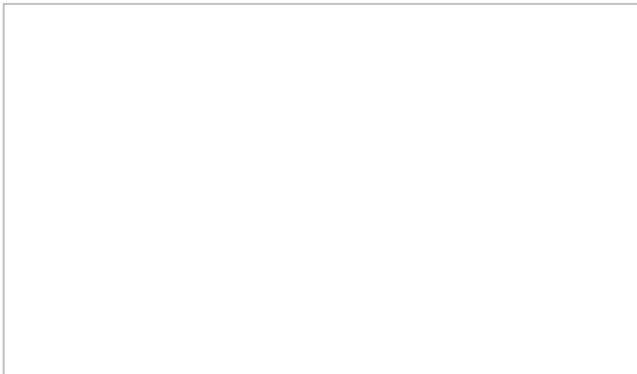
-
- Manifestacao_sobre_beneficio_Microempresa.pdf(~697 KB)
-

Bom dia,

Referente ao processo licitatório **CONCORRÊNCIA Nº 02/2023 - Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para a Execução da Obra de Construção da Estação Elevatória e Tratamento do Esgoto de Celso Bueno, a ser paga com Recursos de Operações de Crédito através do Contrato de Financiamento nº 40/00020-6, Firmado entre o Banco do Brasil S/A e o Município de Monte Carmelo – MG**, segue recurso da empresa FOCO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS referente a ata de abertura dos envelopes de propostas.

Favor acusar recebimento.

Att,





Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Monte Carmelo

Concorrência Pública nº 02/2023

Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para a Execução da Obra de Construção da Estação Elevatória e Tratamento do Esgoto de Celso Bueno, a ser paga com Recursos de Operações de Crédito através do Contrato de Financiamento nº 40/00020-6, Firmado entre o Banco do Brasil S/A e o Município de Monte Carmelo – MG

FOCO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA., na qualidade de participante do certame em epígrafe vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria se manifestar sobre o pedido de benefício de microempresa ou de empresa de pequeno porte previsto na Lei Complementar 123/2006, formulado pela empresa FOMENGE ENGENHARIA LTDA.

Pela análise da DRE –Demonstração do Resultado do Exercício do 2022 juntado nos documentos de habilitação observa-se que a FOMENGE teve **uma receita bruta de R\$ 6.243.398,28**, ou seja, superior ao limite para enquadramento como empresa de pequeno porte nos termos do art. 3º, II da Lei Complementar 123/2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Conforme anotado na jurisprudência do TCU abaixo transcrita, o enquadramento tem por base o ano-calendário anterior, ou seja, 2022:

Para fim de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com os parâmetros de receita bruta definidos pelo art. 3º da LC 123/2006, considera-se o período de apuração das receitas auferidas pela empresa como sendo de janeiro a dezembro do ano-calendário anterior à licitação, e não os doze meses anteriores ao certame.

Acórdão 250/2021-Plenário



Isso, implica em dizer que o representante da FOMENGE emitiu falsa declaração de enquadramento, tendo praticado fraude à licitação e crime de falsidade ideológica, sendo tal conduta gravíssima implicando no apenamento de declaração de inidoneidade conforme farta jurisprudência do TCU:

Constitui fraude à licitação, ensejando a declaração de inidoneidade do fraudador, a mera participação em certames licitatórios de pessoa jurídica autodeclarada como microempresa ou empresa de pequeno porte, visando os benefícios concedidos pela LC 123/2006, que tenha participação societária em outra pessoa jurídica, fato que contraria o art. 3º, § 4º, inciso VII, dessa lei, bem como sua finalidade.

(Acórdão 2891/2019-Plenário)

A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação, tipificada no art. 90 da Lei 8.666/1993, ensejando, por consequência, aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992. A ausência de obtenção de vantagem pela empresa, no entanto, pode ser considerada como atenuante no juízo da dosimetria da pena a ser aplicada, em função das circunstâncias do caso concreto.

(Acórdão 1677/2018-Plenário)

A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda como cooperativa (art. 34 da Lei 11.488/2007), **amparada por declaração com conteúdo falso de enquadramento nas condições da LC 123/2006, configura fraude à licitação** e enseja a aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada.

Acórdão 61/2019-Plenário

A prestação de declaração falsa em licitação, com o fim de obter indevidamente benefícios previstos pela Lei Complementar 123/2006, constitui ilícito de caráter formal em que não se exige a ocorrência de resultado para a aplicação da pena de inidoneidade para participar de licitação na Administração Pública Federal.

Acórdão 745/2014-Plenário

Ademais, registra-se que a FOMENGE está passando por processo de recuperação judicial, que tem custos e despesas com administrador judicial incompatíveis com a receita de uma empresa de pequeno porte.



Ao firmar a falsa declaração da condição de empresa de pequeno porte, em tese, foi cometido o crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal:

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, **ou nele inserir** ou fazer inserir **declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita**, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou **alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante**;

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Diante do exposto, se requer que:

- a) Não seja concedido o benefício de empresa de pequeno porte para a FOMENGE;
- b) Que a empresa FOMENGE seja inabilitada por ter praticado fraude em licitação;
- c) Seja instaurado procedimento administrativo de apuração de responsabilidade (PAAR) para a aplicação da pena de declaração de inidoneidade por fraude a licitação;
- d) Seja enviado ao Ministério Público cópia da declaração firmada pela FOMENGE e de suas demonstrações contábeis, especialmente o DRE para comprovar a prática do crime de falsa declaração, tipificado no art. 299 do Código Penal.

Itumbiara, 01 de dezembro de 2023.

Assinado de forma digital
por GALENO GOMES DE
FREITAS
JUNIOR:61802840168
Dados: 2023.12.01 10:31:05
-03'00"
Versão do Adobe Acrobat
Reader: 2023.006.20380

FOCO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 12.477.109/0001-01
REPRESENTANTE LEGAL: GALENO GOMES DE FREITAS JUNIOR
CREA: 62.658/D-MG